

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

105 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 13 a 17/12/2021):

1. CONSELHO EUROPEU	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	2
Cerimónia de entrega do Prémio Sakharov 2021 a Alexei Navalny	2
Lei dos Mercados Digitais	3
Situação na fronteira entre a Ucrânia e a Rússia	3
Ponto de situação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência	4
Funcionamento do sistema de recursos próprios da UE	4
Medidas para combater a desigualdade e a discriminação das mulheres	4
Relações UE-África	5
Outros debates e resoluções	5
3. PRIORIDADES LEGISLATIVAS	5
4. PRESIDÊNCIA DO PE	5
5. CONTROLO PARLAMENTAR DOS ASSUNTOS EUROPEUS	6
6. COMISSÃO EUROPEIA PACOTE ENERGIA E CLIMA	6
7. COMISSÃO EUROPEIA MOBILIDADE VERDE E EFICIENTE	7
9. COMISSÃO EUROPEIA CÓDIGO DE FRONTEIRAS SCHENGEN	7
10. COMISSÃO EUROPEIA PROTEÇÃO AMBIENTAL E LEI PENAL	8
11. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTOS NACIONAIS	8
12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho Agricultura e Pescas	8
Conselho dos Negócios Estrangeiros	9
Conselho dos Assuntos Gerais	9
13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9

1. CONSELHO EUROPEU

Esta semana, teve lugar uma reunião do Conselho Europeu (página da reunião [aqui](#)), com a seguinte organização dos trabalhos (carta de convite [aqui](#)):

- a 15 de dezembro, teve lugar a Cimeira da Parceria Oriental, na qual foi adotada uma Declaração Conjunta, disponível [aqui](#);
- a 16 de dezembro, a reunião do Conselho Europeu, e uma Cimeira do Euro em formato inclusivo.

A nota informativa do Conselho está disponível [aqui](#) e foram adotadas Conclusões, que podem ser consultadas [aqui](#). Importa, por conseguinte, destacar as **questões relacionadas com a COVID**, nomeadamente a coordenação das medidas e o reforço da preparação, capacidade de resposta e resiliência da UE perante futuras crises. No seguimento do debate do Conselho em outubro, foi discutido o **aumento dos preços da energia**, sendo este o domínio em que o Conselho não registou grandes progressos (análise [aqui](#)). No que diz respeito aos **aspetos externos da migração**, foram discutidas todas as rotas migratórias e avaliada a operacionalização dos planos de ação com os países terceiros prioritários, bem como o financiamento desses planos. O Conselho Europeu “*convida o Conselho, sob a orientação da sua Presidência, a acompanhar de perto a aplicação rápida e eficaz da política migratória externa da UE e a imprimir-lhe uma nova dinâmica, se necessário.*”

No tocante à **política externa e de segurança**, e face à crescente instabilidade mundial, e conforme debatido em Brdo, foram dadas indicações para a elaboração de orientações estratégicas ambiciosas para a próxima década, incluindo a cooperação com a NATO. O Conselho Europeu voltará a debruçar-se sobre esta matéria na sua reunião de março de 2022, por ocasião da qual será convidado a aprovar as orientações estratégicas.

O Conselho voltou a analisar a situação na **Bielorrússia** e a melhor forma de combater o ataque híbrido lançado pelo regime, sublinhando “*a importância de: – proteger eficazmente as fronteiras externas da UE (...) através do reforço do quadro jurídico da UE.*”, tendo convidado o “*Conselho a analisar a proposta da Comissão sobre medidas de emergência provisórias.*”

Foi também discutido o reforço do dispositivo militar da **Rússia** ao longo da sua fronteira com a **Ucrânia**. No ponto 23 das Conclusões, pode ler-se que “*O Conselho Europeu salienta a necessidade urgente de a Rússia desanuviar as tensões provocadas pelo reforço do dispositivo militar ao longo da sua fronteira com a Ucrânia e pela retórica agressiva. O Conselho Europeu reitera o seu total apoio à soberania e à integridade territorial da Ucrânia. Qualquer nova agressão militar contra a Ucrânia provocará uma resposta com gravíssimas consequências e enormes custos, incluindo medidas restritivas coordenadas com os parceiros.*”

Na perspetiva do próximo ano, o Conselho debateu os preparativos para a **Cimeira União Europeia-União Africana**, de 17 e 18 de fevereiro de 2022, e os seus possíveis temas e resultados. O objetivo é estabelecer com África uma ambiciosa aliança orientada para o futuro, capaz de criar um espaço de prosperidade e estabilidade com base num pacote de investimento transformador.

Por último, durante a **Cimeira do Euro**, foi avaliada a situação económica, e os últimos desenvolvimentos relacionados com a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais. A Declaração da Cimeira do Euro está disponível [aqui](#).

O PE preparou o habitual pacote informativo sobre o Conselho Europeu, disponível [aqui](#), podendo a intervenção do Presidente do PE no Conselho ser consultada [aqui](#). A imprensa europeia de referência disponibilizou os tradicionais *blogs* informativos ao minuto, nomeadamente o *Euractiv* (disponível [aqui](#)) ou o *Politico* ([aqui](#))

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Esta semana realizou-se a sessão plenária do PE, em Estrasburgo, sendo de [destacar](#):

Cerimónia de entrega do Prémio Sakharov 2021 a Alexei Navalny

Todos os anos, desde 1988, o PE atribui o [Prémio Sakharov](#) (em homenagem ao dissidente soviético Andrei Sakharov) a pessoas ou organizações que se destacam na defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, com um valor de 50 000 euros.

No dia 15 de dezembro, em Estrasburgo, e na sequência de [uma decisão tomada pelo presidente do PE, David Sassoli, e pelos líderes dos grupos políticos](#), a [filha de Alexei Navalny](#), Daria Navalnaya, [recebeu o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu](#) 2021 em nome do seu pai, atualmente preso.

Navalny é um ativista anticorrupção e um grande opositor político do Presidente russo Vladimir Putin. Em agosto de 2020, foi envenenado durante uma viagem à Sibéria e passou vários meses de recuperação em Berlim. Foi detido no seu regresso a Moscovo, em janeiro de 2021, e encontra-se atualmente encarcerado num estabelecimento prisional de alta segurança, onde lhe restam mais de dois anos para cumprir a sua pena.

No seu discurso inicial, o presidente do Parlamento Europeu (PE), David Sassoli, elogiou a coragem de Navalny: *"Foi ameaçado, torturado, envenenado, preso, encarcerado, mas não conseguiram calá-lo... Como ele próprio disse uma vez, a corrupção prospera onde não há respeito pelos direitos humanos, e eu acredito que tem razão. A luta contra a corrupção é também uma luta pelo respeito dos direitos humanos universais. É certamente uma luta pela dignidade humana, pela boa governação e pelo Estado de direito"*, apelando à sua libertação imediata e incondicional.



© European Union 2021 - EP

Daria Navalnaya, na sua intervenção, partilhou o seguinte: *"Quando escrevi ao meu pai e lhe perguntei: 'O que queres que diga exatamente no discurso para expressar o teu ponto de vista?', ele respondeu: Diz que ninguém pode ousar equiparar a Rússia ao regime de Putin. A Rússia é uma parte da Europa, e nós esforçamo-nos por fazer parte dela. Mas queremos também que a Europa se esforce por si própria, por essas ideias espantosas que estão no seu cerne. Lutamos por uma Europa de ideias, pela celebração dos direitos humanos, pela democracia e pela integridade"*. O vídeo da conferência de imprensa está disponível [aqui](#).

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

Lei dos Mercados Digitais

O PE aprovou esta semana sua [posição sobre a proposta relativa aos mercados digitais](#) (642 votos a favor, 8 contra e 46 abstenções), que proíbe certas práticas comerciais desleais das grandes plataformas que atuam como “controladores de acesso” ao mercado (*gatekeepers*) e permite também à Comissão Europeia realizar investigações e sancionar os comportamentos desleais. Esta é a posição adotada para as negociações que se seguem com o Conselho da UE. Neste [comunicado de imprensa](#) estão detalhados os principais pontos enfatizados pelo PE, sendo de destacar:

- *Pôr fim às práticas comerciais desleais das grandes plataformas em linha;*
- *Aplicação das regras a cargo da Comissão, em cooperação com autoridades nacionais;*
- *Restrições às “aquisições assassinas”: a Comissão pode restringir aos controladores de acesso a realização de “aquisições agressivas” nos setores relevantes para o regulamento (e.g. digital ou setores relacionados com dados) por um determinado período;*
- *Coimas entre 4% e 20% do volume total de negócios.*

O PE propõe que regras sejam aplicáveis aos principais fornecedores dos “serviços essenciais de plataforma” mais propensos a práticas desleais, como serviços de intermediação em linha, redes sociais, motores de pesquisa, sistemas operativos, serviços de publicidade, computação em nuvem e plataformas de partilha de vídeos que se enquadrem nos critérios relevantes para serem designados como controladores de acesso. Além disso, são incluídos requisitos adicionais sobre a utilização de dados para efeitos de publicidade direcionada ou microdirecionada e sobre a interoperabilidade de serviços (e.g. serviços de comunicações interpessoais independentes do número e os serviços de redes sociais). Finalmente, o PE pretende que seja possível aos utilizadores desinstalar aplicações de software pré-instaladas, como *apps*, num serviço essencial de plataforma em qualquer fase.

Intervieram no debate os Deputados portugueses [Carlos Zorrinho \(S&D\)](#), [relator do parecer da comissão parlamentar da Indústria](#), [Marisa Matias \(Grupo da Esquerda\)](#) e [Maria Manuel Leitão Marques \(S&D\)](#).

A [Lei dos Serviços Digitais](#), uma proposta que faz parte do mesmo pacote legislativo e que visa regulamentar as plataformas em linha (e.g. conteúdos ilegais e os algoritmos) deverá ser votada na sessão plenária de janeiro.

Situação na fronteira entre a Ucrânia e a Rússia

O PE aprovou uma resolução (detalhe [aqui](#), 548 votos a favor, 69 contra e 54 abstenções) em que condena o atual grande reforço militar russo ao longo das fronteiras com a Ucrânia, exigindo que a Rússia “*retire imediata e plenamente as suas forças militares*” e ponha termo à sua ameaça contra a integridade territorial ucraniana. Acrescenta-se que a UE deve estar pronta a enviar à Rússia um sinal muito forte de que as hostilidades militares terão um elevado preço económico e político.

O PE considera que o novo pacote de sanções deve incluir o corpo de oficiais e as altas patentes russas envolvidas no planeamento de eventuais operações de invasão, bem como o “*círculo imediato e os oligarcas que gravitam em torno do Presidente russo e respetivas famílias*”. Estas sanções devem implicar o congelamento de ativos financeiros e físicos na UE, proibições de viajar e a exclusão da Rússia do sistema de pagamentos SWIFT. O PE insta também as instituições europeias e todos os Estados-Membros a “*assegurarem que o gasoduto Nord Stream 2 não seja colocado em funcionamento, mesmo que, em algum momento, cumpra as disposições da Diretiva Gás da UE*”.

Intervieram no debate os Deputados portugueses [Pedro Marques, em nome do grupo S&D](#), [Paulo Rangel \(PPE\)](#) e [Isabel Santos \(S&D\)](#).

Ponto de situação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Teve lugar um [debate](#) com os Comissários Dombrovskis e Gentiloni e o Ministro Logar da Presidência eslovena do Conselho sobre os Fundos de Resiliência e Recuperação, em que Deputados salientaram a importância de um acompanhamento eficiente e transparente para o sucesso dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência. A maioria das intervenções dos Deputados reforçou a posição de que o respeito pelos valores da UE e pelo Estado de direito deveria ser uma condição para receber financiamento da UE.

Ambos os Comissários concordaram que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e os seus objectivos necessitam de maior visibilidade e, neste contexto, informaram que o Painel de Avaliação da Recuperação e Resiliência foi lançado esta semana pela Comissão, e está disponível [aqui](#).

Funcionamento do sistema de recursos próprios da UE

O PE aprovou a sua posição (detalhe [aqui](#), 551 votos a favor, 116 contra e 30 abstenções) sobre a proposta da Comissão que procede a certas alterações ao Regulamento Disponibilização dos Recursos Próprios (fontes de financiamento da UE). Os correlatores do PE sobre esta matéria, José Manuel Fernandes (PPE, PT) e Valérie Hayer (Renew Europe, FR), propõem emendas com vista a manter a estabilidade das normas de base que incentivam os Estados-Membros a desempenharem o seu papel na coleta e na cobrança diligente dos recursos próprios em nome da União.

O Deputado [José Manuel Fernandes](#) afirmou: “*Queremos previsibilidade, estabilidade nas receitas do orçamento e diminuir a litigância dos Estados-Membros relativamente às receitas dos direitos aduaneiros. Por isso, não concordamos com a diminuição dos juros de mora quando um Estado-Membro se atrasa na transferência das receitas devidas pelos direitos aduaneiros. Tal representaria um convite a que os Estados-Membros retardem os seus pagamentos. Isso coloca em causa o orçamento da União, que é essencial para as PME, os jovens, as regiões e os investidores*”.

Recorde-se que o PE considera que uma reforma profunda do sistema de recursos próprios da UE, através da introdução de novas fontes de financiamento, continua a revestir-se da maior importância para o futuro da UE e para o êxito do [Instrumento de Recuperação](#), uma vez que esses recursos serão disponibilizados para o reembolso da dívida.

Medidas para combater a desigualdade e a discriminação das mulheres

Foi aprovado um relatório da Deputada Sandra Pereira (A Esquerda) com várias medidas para superar as desigualdades entre homens e mulheres, como políticas de valorização laboral e social. Aprovado com 500 votos a favor, 105 contra e 87 abstenções (detalhe [aqui](#)), o relatório, analisa a situação das mulheres na UE entre 2018 e 2020, alertando para os problemas ainda existentes em vários Estados-Membros.

A Deputada [Sandra Pereira](#) afirmou no [debate em plenário](#): “*Quisemos colocar o foco nas questões laborais e sociais e na erradicação das diferentes formas de violência que, diariamente e em variados contextos, oprimem as mulheres. Os Estados-Membros devem empenhar-se na concretização de políticas de igualdade que avancem com soluções que defendam os direitos das mulheres. São necessárias medidas concretas que, através de políticas de emprego, eliminem as discriminações no acesso ao trabalho e reforcem o emprego com direitos, a contratação coletiva e promovam um aumento geral dos salários e das pensões, eliminando disparidades existentes e inaceitáveis e exigindo a melhoria das condições de vida*”.

De acordo com o Instituto Europeu para a Igualdade de Género, a UE está pelo menos a 60 anos de alcançar a plena igualdade de género ([índice por país](#)).

As medidas propostas incidem nos seguintes domínios:

- Facilitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e reduzir a disparidade salarial
- Equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Erradicação da violência contra as mulheres
- Saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR)

Intervieram no debate as Deputadas portuguesas Sandra Pereira (Grupo da Esquerda), relatora ([intervenção inicial](#) e [intervenção final](#)) e [Maria Manuel Leitão Marques \(S&D\)](#).

O PE adotou, ainda, uma resolução sobre a [ciberviolência de género](#).

Relações UE-África

O Presidente do Gana, Nana Akufo-Addo, interveio numa sessão solene do PE (detalhe [aqui](#)), e manifestou a sua esperança de que a UE e a União Africana possam trabalhar numa estratégia conjunta e definir uma nova parceria considerando que os países africanos não deveriam ser apenas um receptor de ajuda da Europa, mas deveriam sentar-se lado a lado na mesa de tomada de decisões como iguais. Referiu que *"Precisamos de confiar em nós próprios e livrar-nos da imagem dos mendigos que vivem da caridade, da ajuda e das esmolas, e fazer um melhor e mais inteligente uso dos nossos abundantes recursos nacionais para nos tirarmos da pobreza e para a prosperidade"*.

Outros debates e resoluções

- [Debate sobre a cimeira europeia de 16 e 17 de dezembro e a situação da COVID-19](#)
- [Balcãs Ocidentais](#)
- [Fronteira UE-Bielorrússia: debate sobre alterações às regras de asilo](#)
- [Estado de direito na Polónia](#)
- [Desempenho energético dos edifícios](#)
- [Política global de desarmamento](#)
- [Valores europeus na Eslovénia](#)

3. PRIORIDADES LEGISLATIVAS

No dia 16 de dezembro, David Sassoli, presidente do Parlamento Europeu, Janez Janša, primeiro-ministro esloveno, em representação da Presidência do Conselho, e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão, assinaram a [declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2022](#) (disponível [aqui](#), em língua inglesa). A declaração estabelece a visão comum das instituições para uma Europa transformada e mais resiliente, demonstrando a determinação das instituições em fazer com que a UE ressurgisse mais forte da pandemia de COVID-19, bem como das drásticas consequências das alterações climáticas e de outras crises mundiais.

As três instituições trabalharão agora em conjunto com base na declaração hoje assinada, bem como no documento de trabalho (disponível [aqui](#)) que a acompanha e que enumera cerca de 138 propostas legislativas fundamentais. Afirmaram, ainda, o seu empenho em dar seguimento aos resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa, uma conferência liderada pelos cidadãos.

4. PRESIDÊNCIA DO PE

Demos nota, na [Síntese n.º 102](#), de que o grupo político do Partido Popular Europeu (PPE) havia eleito Primeira Vice-Presidente do PE, **Roberta Metsola (Malta)**, como a sua [candidata para ser Presidente do PE](#) na segunda metade da legislatura.

Esta semana, há relatos de que o atual Presidente do PE, David Sassoli, [não se candidatará a um segundo mandato](#) e que o Grupo S&D não apresentará um candidato. Segundo algumas fontes, o

grupo S&D poderia apoiar a eleição de Roberta Metsola, mediante [determinadas condições](#), entre as quais a mudança da Presidência da Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares (atualmente o italiano Antonio Tajani, do PPE), a substituição do Secretário-Geral do PE, Klaus Welle, e o apoio à introdução de listas transnacionais na próxima eleição para o PE, em 2024. A eleição terá lugar no dia 18 de janeiro de 2022, na sessão plenária de Estrasburgo.

5. CONTROLO PARLAMENTAR DOS ASSUNTOS EUROPEUS

Há um ano atrás, a Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento dinamarquês **encarregou um grupo de peritos para investigar como o Parlamento dinamarquês poderia melhorar o seu trabalho em matéria de Assuntos Europeus**. O grupo era composto por um antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, um antigo membro da Comissão Europeia, um professor de direito, um lobista profissional do sector financeiro, um antigo director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como um antigo Deputado ao PE e um antigo presidente da Comissão de Assuntos Europeus. Entrevistaram um grande número de organizações da sociedade civil, grupos de interesse, altos funcionários na UE e na Dinamarca, políticos a nível nacional e europeu, etc.

Em Outubro, foi publicado o relatório com 22 recomendações, disponíveis abaixo:

- [Resumo das recomendações](#)
- [Introdução ao relatório](#)

Caberá agora ao Parlamento dinamarquês avaliar quais as recomendações a implementar. Uma das mais controversas, segundo a informação que apurámos, é a de que as Comissões setoriais possam conferir um mandato negocial ao Ministro respetivo na fase inicial do processo legislativo no Conselho de Ministros da UE.

6. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE ENERGIA E CLIMA

No âmbito da energia e clima, a Comissão Europeia propôs nos últimos dias:

- [Um novo quadro da UE para descarbonizar os mercados do gás, promover o hidrogénio e reduzir as emissões de metano](#): as propostas da Comissão, um [regulamento](#) e uma [diretiva](#), criam as condições para uma transição do gás natural fóssil para gases renováveis e com baixas emissões de carbono, em especial o biometano e o hidrogénio, e reforçam a resiliência do sistema de gás;
- [Remover, reciclar e armazenar o carbono de forma sustentável](#): a Comissão adotou uma [comunicação sobre os ciclos do carbono sustentáveis](#), prevendo formas de aumentar as remoções de carbono da atmosfera, anunciando ações a curto e médio prazo para apoiar a fixação de carbono nos solos agrícolas e iniciativas no domínio do carbono azul;
- [Renovação e descarbonização de edifícios](#): a [proposta](#) da Comissão pretende alinhar as regras para o desempenho energético dos edifícios com o Pacto Ecológico Europeu e descarbonizar o parque imobiliário da UE até 2050, nomeadamente propondo que, a partir de 2030, todos os edifícios tenham emissões nulas, tornando também mais claros os certificados de desempenho energético.

A Comissão apresentou ainda [orientações políticas para uma transição justa e inclusiva](#) para a neutralidade climática, estabelecendo a [proposta de recomendação do Conselho](#) orientações específicas para ajudar os Estados-Membros a conceber e implementar medidas que assegurem uma transição justa para a neutralidade climática, abordando de uma forma abrangente os aspetos sociais e relativos ao emprego relacionados com a transição. Pretende-se assim colocar as pessoas no centro da transição

ecológica, incentivando os Estados-Membros a tomar medidas de **apoio ao emprego de qualidade e à facilitação das transições entre empregos**, de apoio à **igualdade de acesso a uma educação e formação** de qualidade, de apoio a **sistemas fiscais e de proteção social equitativos**, de apoio ao **acesso a serviços essenciais** a preços acessíveis, de **coordenação da ação política**, de seguimento de uma **abordagem holística da economia** e uma utilização otimizada do **financiamento público e privado**.

7. COMISSÃO EUROPEIA | MOBILIDADE VERDE E EFICIENTE

Foram adotadas, pela Comissão Europeia, [quatro propostas para modernizar o sistema de transportes da UE](#), procurando apoiar a transição para uma mobilidade mais limpa, mais ecológica e mais inteligente, em consonância com os objetivos do [Pacto Ecológico Europeu](#).

As quatro propostas focam:

- uma **RTE-T inteligente e sustentável**: como rede à escala da UE de caminhos de ferro, vias navegáveis interiores, rotas marítimas de curta distância e estradas, a RTE-T permitirá a redução dos tempos de viagem após a modernização de toda a rede, conforme a proposta apresentada;
- aumentar o **tráfego ferroviário transfronteiriço e de longo curso**, acompanhando a nova proposta um plano de ação para esta área e um roteiro com novas medidas para ajudar a UE a duplicar o tráfego ferroviário de alta velocidade até 2030 e triplicá-lo até 2050;
- **serviços de transporte inteligentes** para condutores, atualizando a Diretiva STI e implementando mais rapidamente novos serviços inteligentes com a disponibilização de dados sobre estradas, viagens e tráfego;
- mobilidade urbana mais limpa, mais ecológica e mais fácil, com base no novo **Quadro de Mobilidade Urbana**.

As fichas informativas e perguntas e respostas sobre estas propostas encontram-se disponíveis [aqui](#).

9. COMISSÃO EUROPEIA | CÓDIGO DE FRONTEIRAS SCHENGEN

A Comissão propôs também esta semana [regras atualizadas](#) para [reforçar a governação do espaço Schengen](#). Estas regras incluem:

- **resposta coordenada a ameaças comuns**, permitindo ao Conselho adotar rapidamente regras vinculativas que estabeleçam restrições temporárias de viagem nas fronteiras externas em caso de ameaça para a saúde pública, embora com a previsão de isenções, assim como um novo mecanismo para dar uma resposta comum nas fronteiras internas em situações de ameaça que afetem a maioria dos Estados-Membros;
- **novas regras para promover alternativas eficazes aos controlos nas fronteiras internas**, de que são exemplos um procedimento mais estruturado para qualquer reintrodução de controlos nas fronteiras internas, com mais garantias, promover o recurso a medidas alternativas, limitar o impacto dos controlos nas fronteiras internas nas regiões transfronteiriças ou combater os movimentos não autorizados no interior do espaço Schengen;
- **ajudar os Estados-Membros a gerir as situações de instrumentalização da migração**, destacando-se a [proposta](#) paralela de medidas que os Estados-Membros poderão tomar nos domínios do asilo e do regresso nestas situações.

A Comissão Europeia preparou sobre este tema a habitual secção de [perguntas e respostas](#).

10. COMISSÃO EUROPEIA | PROTEÇÃO AMBIENTAL E LEI PENAL

A Comissão Europeia adotou uma [proposta de uma nova diretiva da UE para combater os crimes ambientais](#), um dos principais compromissos assumidos no [Pacto Ecológico Europeu](#). Esta [proposta](#) pretende melhorar a proteção do ambiente através da adoção de medidas de carácter penal por parte dos Estados, através:

- da **tipificação de novos crimes ambientais**, incluindo o comércio ilegal de madeira, reciclagem ilegal de navios ou captação ilegal de água, clarificando também definições já existentes;
- do estabelecimento de níveis mínimos para **sanções** aplicáveis aos crimes ambientais, prevendo os Estados-Membros penas de prisão até dez anos quando o crime cause ou possa causar a morte ou lesões graves a qualquer pessoa e **sanções adicionais** de que são exemplo a restauração do meio ambiente, a exclusão do acesso a financiamento público ou à adjudicação de contratos ou a revogação de licenças administrativas;
- do **reforço da eficácia da cooperação policial**, tornando mais eficazes os processos penais em matéria de ambiente.

A seção de perguntas e respostas preparada pela Comissão Europeia encontra-se disponível [aqui](#).

11. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTOS NACIONAIS²

Teve lugar, no dia 10 de dezembro, o quarto evento nacional subordinado ao tema “[O Futuro da Democracia Europeia](#)”, organizado pelo [Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal](#), que contou com a participação de Carlos Zorrinho, Deputado do PS-S&D em representação do PE, Margaritis Schinas, Vice-presidente da Comissão Europeia, Ana Paula Zacarias, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus em representação do Governo, e Alma Rivera, Deputada do PCP em representação da Assembleia da República. Os oradores focaram temas como a visão dos cidadãos europeus, em particular dos jovens, sobre o futuro da Europa e o papel que a Conferência sobre o Futuro da Europa assume neste contexto enquanto voz dos cidadãos, o sentimento de pertença à UE, a promoção da participação democrática através da transição digital, a diferença entre democracia na Europa e democracia na União Europeia e a importância de aproximar as Instituições Europeias aos cidadãos. No debate que se seguiu aludiram-se a questões como a conjugação da segurança com a prosperidade económica e social, ao défice democrático da União Europeia, a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a valorização do projeto europeu através da promoção de uma maior e melhor comunicação, ao compromisso intergeracional e aos projetos do Programa Escola Embaixadora do Parlamento Europeu.

Por outro lado, esta semana realizaram-se as reuniões dos Grupos de Trabalho do Plenário (formato remoto), e foram conhecidas as [recomendações](#) de alguns dos painéis de cidadãos

12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho Agricultura e Pescas

No âmbito das [pescas](#), os ministros participaram em consultas trilaterais para determinar as [oportunidades de pesca para a maioria das unidades populacionais de peixes](#) nas águas da UE e fora da UE, no Mediterrâneo e no mar Negro, tendo chegado a [acordo](#) sobre o total admissível de capturas

² Ponto elaborado por Liliane Sanches da Silva, assessora da Comissão de Assuntos Europeus.

(TAC). No que se refere à [agricultura](#), foram adotadas [conclusões](#) sobre o plano de contingência para garantir o abastecimento alimentar e a segurança alimentar em tempos de crise, realizado um debate político sobre práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar, especialmente a Diretiva (UE) 2019/633 e as medidas estabelecidas no âmbito da política agrícola comum.

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Foi debatido nesta [reunião](#) o reforço do dispositivo militar russo na fronteira com a Ucrânia, analisada a situação na Bielorrússia à luz da 5.ª vaga de sanções, considerando que estas produziram resultados, assim como a questão de Varóssia e o impacto das medidas unilaterais tomadas em julho de 2021 pelos cipriotas turcos e pela Turquia em violação das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Foram ainda debatidas as relações UE-África, em preparação da 6.ª Cimeira UE-União Africana (prevista para fevereiro 2022) e trocados pontos de vista sobre a Ásia Central, com especial destaque para o reforço da ambição da UE na região. Os ministros adotaram conclusões sobre o [Pacto sobre a Vertente Civil da Política Comum de Segurança e Defesa](#).

Conselho dos Assuntos Gerais

Os ministros aprovaram as [conclusões do Conselho sobre o alargamento e o processo de estabilização e de associação](#) e procederam a uma troca de opiniões sobre o projeto de conclusões do [Conselho Europeu de 16 de dezembro](#). Ainda nesta [reunião](#), os ministros foram informados sobre o ponto da situação da Conferência sobre o Futuro da Europa, chamando a atenção para os desafios colocados pela atual situação epidemiológica. Foi feito um ponto da situação sobre o Estado de direito na Polónia, tendo sido registado desenvolvimentos significativos, feito um balanço da situação relativa ao respeito dos valores da UE pela Hungria, também com registo de desenvolvimentos significativos, e apresentado, por parte da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, o relatório [Antisemitismo: síntese dos atos antisemitas registados na União Europeia em 2010-2020](#). A reunião terminou com a apresentação do [roteiro](#) para o Semestre Europeu 2022, com a aprovação da [declaração](#) conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2022 e o [programa de trabalho](#) do Conselho para 18 meses.

13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, não haverá trabalhos parlamentares, que serão retomados no início de janeiro.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [22 de dezembro](#), destacando-se o *pacote sobre os recursos próprios, a iniciativa para combater a utilização de empresas de fachada (shell entities) e a proposta para a implementação do acordo global da OCDE para uma tributação mínima das multinacionais*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 20.12: [Conselho \(Ambiente\)](#)

Bruxelas | 17 de dezembro de 2021

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#) | +32 493 39 99 73

e [Catarina Ribeiro Lopes](#), Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).